

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2024 a 29/02/2024

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/9

1.2024	Sessão Ordinária - CD	06/02/2024-17:56
Publ.: DCD - 07/02/2024 -	Ricardo Silva-PSD -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado pediu à Casa que prestasse atenção ao setor de eventos, duramente impactado pela pandemia. Expressou desagravo ao Presidente Arthur Lira em relação a uma matéria jornalística que associou erroneamente o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) ao Presidente. Destacou que o PERSE não tem lado político ou ideológico, tendo sido aprovado por todos os partidos. Enfatizou a importância do programa para manutenção de empregos no setor de eventos, e pediu que a Casa olhasse para essa questão. Ressaltou que o PERSE não deve ser revogado, pois isso afetaria o acesso à cultura e resultaria no aumento do preço dos ingressos. Concluiu manifestando apoio ao programa PERSE e solicitando sua manutenção na Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO SILVA (Bloco/PSD - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, nobres colegas Deputados e Deputadas, primeiro eu venho fazer um pedido a esta Casa: olhe para o setor de eventos, que agora vem sendo duramente atacado pela imprensa, e de forma injusta, o setor que mais sofreu durante a pandemia, o primeiro a parar e o último a retomar suas atividades.

Presidente Arthur Lira, quero fazer um desagravo a V.Exa. Hoje, uma matéria jornalística infelizmente mal conduzida diz que um programa do Arthur Lira é investigado pelo Ministro Haddad. Isso é lamentável. O PERSE foi aprovado por esta Casa, por todos os partidos — PT, PL, partidos de centro —, não é um projeto do Presidente Arthur Lira, se bem que o Presidente ajudou muito a todos nós. Eu, Ricardo Silva, sou, com muito orgulho, coautor desse projeto, que foi assinado pelo Deputado Felipe Carreras, grande Deputado, e relatado pela Deputada Renata Abreu. Não é justo uma matéria estampar o nome do Deputado Arthur Lira em algo que não tem absolutamente nada a ver com o Presidente da Casa. Não podemos aceitar isso.

O PERSE não tem lado político, não tem lado ideológico. Este programa

ajudou na manutenção de 7,9 milhões de empregos. Só no ano passado, houve um crescimento de mais de 30 mil empregos no País. Este programa está não apenas ajudando, mas também recompondo a situação daqueles que ficaram fechados, o tempo todo, durante a pandemia. O setor de eventos não funcionou, não pôde funcionar. Empresários quebraram. Para eles poderem retomar o investimento, é preciso que tenham a ajuda ou o olhar do Governo. Este projeto, lembremos, foi aprovado por todos os partidos.

Eu peço, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados desta Casa, que olhem para o setor de eventos, que olhem para aquela cidade pequena onde ocorre algum evento, que olhem para aquela cidade grande que emprega, que olhem para as pessoas que estão tendo acesso à cultura. Na prática, se o PERSE for apenas revogado, o que vai acontecer ao grande empresário? Vai aumentar o ingresso. Quem vai pagar isso, ao fim e ao cabo, é o povo, são as pessoas, e o evento vai continuar existindo.

Sr. Presidente, eu lamento muito que, numa jogada política, infelizmente tentem vincular um programa que é do Estado, que não é de partido político, ao nome de V.Exa., lamentavelmente, naquilo que absolutamente não tem nada a ver.

Viva o PERSE!

Vamos manter o PERSE nesta Câmara Federal!

Muito obrigado.

Documento 2/9

1.2024	Sessão Ordinária - CD	06/02/2024-20:04
Publ.: DCD - 07/02/2024 -	Ana Paula Lima-PT -SC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou os decretos municipais em Santa Catarina que dispensam a comprovação de vacinação para matrículas escolares, uma medida contraproducente ao esforço nacional de imunização. Defendeu a obrigatoriedade da vacinação, respaldada por leis, e lamentou as trágicas consequências da negação da ciência durante a pandemia, reforçando a eficácia e segurança das vacinas. Elogiou a compra de vacinas contra a dengue pelo Governo Federal e encorajou os pais a vacinarem seus filhos, desconsiderando informações equivocadas. Concluiu ressaltando a importância vital do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir acesso à saúde para todos os brasileiros.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Muito boa noite, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, aqueles que eu não cumprimentei e povo brasileiro.

Certamente 2024 vai ser um ano excelente para o nosso País, diante das novidades do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula.

Eu gostaria de ocupar esta tribuna no dia de hoje, senhores e senhoras, para deixar aqui registrada a minha indignação com o que está ocorrendo no meu Estado de Santa Catarina, com algumas lideranças e instituições que precisavam defender a nossa sociedade, as nossas crianças e os nossos adolescentes, a ciência. Infelizmente, há uma onda de decretos municipais, de Prefeitos, que desobrigam a comprovação de vacinação contra a COVID-19 para a realização de matrículas escolares no ano letivo que começou nesta semana. Essa é uma ação apoiada inclusive pelo Governador do Estado de Santa Catarina, o Governador Jorginho Mello, que gravou um vídeo sobre isso e o divulgou nas redes sociais nesta semana.

Srs. Deputados, o Brasil e o mundo viveram uma pandemia. Somente no nosso País morreram mais de 700 mil pessoas, por causa da negação da vacina e da ciência. O ex-Presidente da República, infelizmente, dizia que era uma gripezinha, que era falta de ar, e nós enterramos mais de 700 mil brasileiros e brasileiras. Perdi amigos na pandemia. Eu vi filas de pessoas que queriam ser vacinadas contra a COVID-19. O Presidente brasileiro à época, infelizmente, dizia que as pessoas tinham que tomar Cloroquina, Ivermectina, essa bobajada toda, mas o que salvou a minha vida, a nossa vida, foi a vacina.

Na condição de Secretária da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude desta Casa, eu gostaria de ressaltar que, tanto a Constituição Federal, em seu art. 227, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, no seu art. 14, determinam a obrigatoriedade da vacinação de crianças e adolescentes pelos pais no caso de recomendação das autoridades sanitárias, como é o caso da vacina da COVID-19, já que o Ministério da Saúde emitiu nota técnica e incorporou a vacina no calendário nacional de imunização infantil, para crianças de 6 meses a 5 anos de idade, a partir deste ano.

Portanto, esses decretos vão na contramão do esforço do Governo brasileiro de retomar a taxa de vacinação no nosso País, que caiu após as milhares de *fake news* propagadas e o negacionismo capitaneado pelo antigo Governo, do "inelegível".

Vamos lembrar que o mundo viveu diversas pandemias e endemias que afetaram e mataram milhares de pessoas. Vamos lembrar que, para a COVID, como já falei, perdemos mais de 710 mil pessoas no Brasil, e que houve sequelas irreparáveis para muitas outras famílias. Quem não morreu de COVID certamente hoje vivencia algum tipo de sequela. Somente nos anos de 2020 e

2021 — e nessa época ainda não tínhamos as vacinas, os imunizantes disponíveis —, 1.429 crianças morreram pela doença no nosso País, segundo dados do Observa Infância, o Observatório de Saúde na Infância. Em alguns países do mundo, como os Estados Unidos, a COVID-19 tornou-se a 8ª causa mais comum de morte em crianças. A vacina, a nossa maior aliada para combater esses indicadores, é extremamente eficaz e segura.

A vacina foi responsável pela erradicação de diversas doenças no passado, como a poliomielite, o sarampo, a rubéola e tantas outras. Nós conseguimos controlar essas doenças, mas estamos vivendo novamente uma situação de emergência no nosso País, em várias cidades, com a proliferação da dengue. Temos orgulho de dizer que o Governo brasileiro foi o primeiro governo do mundo a fazer a maior compra de vacinas contra a dengue, o que tornou o Brasil o primeiro país a oferecer o imunizante no sistema público universal.

A estratégia do Governo, senhores, é a de que, na primeira etapa da vacinação, sejam protegidas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade que moram em cidades com mais de 100 mil habitantes e com alta transmissão da doença. Eu tenho dito que aqui mesmo em Brasília há um surto muito grande de dengue.

Portanto, é muito importante que os pais e as mães vacinem os seus filhos e não prestem atenção às mentiras propagadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e por alguns Prefeitos sobre a não obrigatoriedade da carteira de vacina completa, inclusive com a vacina contra a COVID.

Eu não quero vivenciar no nosso País o que nós vivemos na pandemia, quando perderam a vida mais de 710 mil brasileiros, sendo 1.429 crianças, pela negação da vacina e pela negação da ciência.

Viva o SUS!

Documento 3/9

1.2024	Sessão Ordinária - CD	06/02/2024-21:08
Publ.: DCD - 07/02/2024 -	Fernanda Pessoa-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a importância do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) como uma medida crucial para revitalizar uma indústria fortemente afetada pela pandemia. Ela enfatizou que o PERSE fornece suporte financeiro direto às empresas e profissionais do setor de eventos, estabilizando economicamente esses atores, preservando empregos e estimulando a recuperação econômica. Além de eventos de grande porte, a

Deputada ressaltou que o programa também beneficia estabelecimentos como bares e restaurantes, que dependem desse suporte para garantir sua sustentabilidade física e fiscal. Concluiu destacando a importância de amparar todos os afetados pela pandemia, sem distinção, em um momento em que o mundo ainda busca se reerguer após os impactos causados pela crise sanitária.

A SRA. FERNANDA PESSOA (Bloco/UNIÃO - CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, estamos de volta a esta Casa para mais 1 ano de trabalho em prol dos cearenses, em prol dos brasileiros.

Hoje eu quero chamar a atenção de todos para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos — PERSE. Esse programa desempenha um papel crucial na revitalização de uma indústria fortemente impactada pela pandemia. Ao prover suporte financeiro direto a empresas e profissionais do setor de eventos, o PERSE não só estabiliza economicamente esses atores como também preserva empregos e fomenta a recuperação econômica.

Em um contexto em que eventos são fundamentais para diversos setores, desde o da cultura até o de negócios, o PERSE configura-se como uma ferramenta essencial para fortalecer a resiliência e o potencial de crescimento desse segmento. Quando falamos em eventos, pensamos sempre em grandes *shows* de grandes artistas, porém falamos aqui de bares, restaurantes e diversos segmentos que passaram vários anos à mercê desse programa para o sustento físico e fiscal de seus estabelecimentos.

O mundo ainda não se reergueu após a pandemia.

Cabe-nos olhar e amparar todos os afetados, sem distinção.

Muito obrigada.

Documento 4/9

1.2024

Sessão Ordinária - CD 06/02/2024-21:33

Publ.: DCD - 07/02/2024 - Ana Paula Lima-PT -SC

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

A Deputada expressou indignação com os decretos municipais em Santa Catarina, desobrigando a comprovação da vacina contra a Covid para as matrículas escolares neste ano letivo, ação esta apoiada pelo Governador do Estado, Jorginho Melo, que gravou um vídeo nas redes sociais. Tratou ainda da

importância da vacina contra a dengue.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Gostaria de ocupar este espaço hoje para deixar registrada a minha indignação ao que está acontecendo em algumas cidades do meu estado, de Santa Catarina, que vive uma onda de decretos municipais desobrigando a comprovação da vacina contra a Covid para as matrículas escolares neste ano letivo. Uma ação apoiada pelo Governador do Estado, Jorginho Melo, que gravou um vídeo nas redes sociais nesta semana.

Na condição de Secretária da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude desta casa, gostaria de ressaltar que tanto a nossa Constituição Federal, em seu artigo 227, como também o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 14, determinam a obrigatoriedade da vacinação de crianças e adolescentes pelos pais, nos casos de recomendação das autoridades sanitárias, como é o caso da vacina da Covid-19, já que o Ministério da Saúde emitiu uma nota técnica incorporando a vacina no calendário nacional de imunização infantil para crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade, a partir deste ano.

Portanto esses decretos andam na contramão do esforço do Governo Brasileiro para retomar a taxa de vacinação no país, que caiu após tantas fake news propagadas e o negacionismo capitaneado pelo governo anterior, do inelegível.

Vamos lembrar as diversas pandemias e epidemias que afetaram o mundo.

Vamos lembrar que a Covid matou mais de 710 mil pessoas no Brasil e deixou sequelas irreparáveis em tantas outras famílias.

Somente entre 2020 e 2021, época que ainda não tínhamos imunizantes disponíveis, foram 1.439 crianças que morreram pela doença no Brasil, segundo dados do Observa Infância

Em alguns países do mundo, como os Estados Unidos, a Covid-19 se tornou a oitava causa mais comum de morte entre crianças,

E é a vacina, a nossa maior aliada para combater esses indicadores. A vacina é extremamente eficaz e segura.

A vacina foi responsável pela erradicação de diversas doenças que eram comuns no passado, como a pólio, o sarampo, a rubéola e tantas outras, que deixaram de ser um problema de saúde pública.

Estamos vivenciando uma situação de emergência em várias cidades, com a proliferação da dengue e temos o orgulho de dizer que o Governo Brasileiro fez a maior compra de vacinas contra a dengue do mundo, tornando o Brasil o primeiro país a oferecer o imunizante no sistema público universal.

A estratégia do governo é que na 1ª etapa desta vacinação, serão protegidos crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, que moram em cidades de mais de 100 mil habitantes, com alta transmissão da doença. São 521 municípios brasileiros, de 16 estados e do Distrito Federal, preenchem esses critérios.

Portanto é muito importante que toda a sociedade se proteja e participe também desta campanha de vacinação.

Não é possível permitir que a disputa política baixa, o revanchismo e a ignorância afetem a saúde das nossas crianças.

Vacinas salvam vidas!

Documento 5/9

5.2024	Sessão Ordinária - CD	21/02/2024-19:56
Publ.: DCD - 22/02/2024 -	Abílio Brunini-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado lamentou o falecimento do renomado escritor e médico Ivens Cuiabano Scaff, ressaltando sua influência na cultura local e contribuição para a saúde. Informou sobre a Operação Espelho em Mato Grosso, que revelou a prática de médicos que, visando lucro, lotavam leitos de UTI com moradores de rua não doentes durante a pandemia de COVID-19. Criticou o Presidente Lula por suas declarações antissemitas e apoio ao Hamas. Por fim, solicitou apoio à criminalização de manifestações de apoio ao Hamas no Brasil.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre três assuntos.



O primeiro deles é a morte do escritor e médico Ivens Cuiabano Scaff, ao 72 anos. Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, cadeira 7, era autor de diversas obras, entre elas *Kyvaverá*, *Asas de Ícaro* e *Mil Mangueiras*. Ivens, que era referência na cultura cuiabana, foi conselheiro da Comissão de Cultura e muito influenciou a história da cidade. Fazia parte do povo cuiabano e era símbolo de tudo que representamos. Na qualidade de médico, cuidou de pessoas com HIV e ajudou muito na área da saúde.

O Estado de Mato Grosso lamenta essa morte. Eu posso dizer que, em nome dos Deputados de Mato Grosso, em especial da Deputada Gisela Simona, do Deputado Fabio Garcia, do Deputado José Medeiros, da Deputada Amália Barros, da Deputada Coronel Fernanda, do Deputado Coronel Assis e deste Deputado que vos fala, Abilio Brunini, faço este registro, porque isso mexe muito com a memória do povo cuiabano.

Sr. Presidente, outra questão que eu gostaria de abordar é a realização da chamada Operação Espelho, deflagrada em Mato Grosso no momento. É de enojar qualquer cidadão brasileiro o que se investiga. Por meio de mensagens de WhatsApp, foi possível identificar conversas de médicos que trabalhavam em uma empresa terceirizada de UTI durante o período da pandemia de COVID. Esses médicos, Sr. Presidente — pasmem! —, confessaram que pegavam moradores de rua para lotar os leitos de UTI e ganhar mais dinheiro durante a pandemia. Eram pacientes que nem estavam doentes e serviam para lotar os leitos de UTI.

Durante o período da pandemia, foi divulgada a informação de que os leitos de UTI estavam lotados e, dessa forma, inflacionou-se o preço dos serviços das empresas terceirizadas. Houve formação de cartel com diversas empresas de UTI, que lotearam o Estado de Mato Grosso. As UTIs de diversas cidades foram loteadas entre essas empresas, em um esquema de cartel. A consequência foram mortes e desvio de dinheiro público. É lamentável que essas pessoas tenham prejudicado tanto a saúde pública do País.

Estamos cobrando um posicionamento forte do Conselho Regional de Medicina e do Conselho Federal de Medicina em relação a esses profissionais que se dizem médicos e que usaram a pandemia para desviar dinheiro público destinado à saúde. Eles lotaram leitos de UTI, o que impediu o atendimento de pacientes que realmente estavam precisando de tratamento. Isso causou muitas mortes.

Segundo um dos comentários, foram usados pacientes pegos na rua para ocupar dez leitos de UTI. Isso não pode continuar acontecendo. É urgente dar transparência ao uso dos leitos de UTI destinados à saúde pública, para que possamos monitorar o uso do dinheiro público.

O terceiro e último assunto sobre o qual eu pretendo falar é o posicionamento absurdo do Lula. Se fosse o Bolsonaro dizendo a mesma coisa que o Lula disse, não haveria silêncio nesta Casa. Se fosse o Bolsonaro com o

posicionamento do Lula, não haveria silêncio.

Lula está colocando o Brasil como aliado dos principais governos corruptos do mundo. Lula está colocando o Brasil como aliado dos principais governos de ditadura do mundo. Lula está colocando o Brasil na lata de lixo. Não podemos aceitar esse comportamento. O que Lula faz, de fato, é criar a pior crise internacional que o Brasil viveu nos últimos 20 anos. Por muito menos do que isso, querem tornar Bolsonaro inelegível: a reunião dele com o pessoal do Iguatemi.

Agora, Lula cria uma crise internacional para o País, que tem história pacífica. Lula menospreza qualquer sentimento do povo judeu. Lula manifesta apoio e recebe apoio dos terroristas do Hamas.

Apresentei um projeto na Câmara dos Deputados, que precisa das assinaturas dos Deputados, propondo criminalizar manifestação de apoio ao Hamas. Eu quero pedir aos Deputados que assinem esse projeto. Não podemos aceitar que, no Brasil, o produtor rural seja taxado de fascista e pessoas com atitudes antissemitas estejam dominando o Governo. Não podemos aceitar isso. É preciso uma atitude da Câmara Federal.

Meu nome é Abílio!

Documento 6/9

5.2024	Sessão Ordinária - CD	21/02/2024-20:32
Publ.: DCD - 22/02/2024 -	Leo Prates-PDT -BA	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 175, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, a fim de conceder prazo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para executar atos de transposição e de transferência.

O SR. LEO PRATES (Bloco/PDT - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso relatório sobre este projeto já está desde o ano passado, sob a liderança de V.Exa., no sistema da Câmara. Então, peço licença para ir direto ao meu voto.

Antes, chamo a atenção para o fato de que o projeto da Deputada Flávia Moraes visa a quebrar blocos de financiamento do SUS com o objetivo de utilização de recursos, especialmente dos que foram economizados pelos Municípios, Sr.



Presidente, no ano de 2022, com referência à COVID-19, em outros gastos exclusivos da saúde. Eu quero ressaltar muito isto: trata-se de manter os gastos na saúde, inclusive facilitando a ação de diversos Municípios no enfrentamento de outra epidemia que o Brasil vive hoje em vários locais, a epidemia de dengue, comprando insumos, como repelentes, e não tendo que devolver ao Governo Federal, para o Governo Federal ter que repassar aos Municípios, facilitando a ação dos secretários municipais de saúde.

Quero parabenizar a Deputada Bia Kicis, que, para aprimorar o projeto, apresentou uma emenda, junto com a Deputada Adriana, para dar mais transparência, já que nós estamos, neste momento, quebrando blocos, possibilitando a utilização de recursos na saúde e facilitando o atendimento do cidadão.

Passo à leitura do voto, Sr. Presidente.

"II - Voto do Relator

Apesar de o Sistema Único de Saúde ter como um de seus princípios a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo (Lei nº 8.080, de 1990, art. 7º, IX), na prática isso não é observado.

Em razão da dependência financeira de muitos Municípios e Estados em relação aos recursos federais para a saúde, muitos gestores ficam impossibilitados de resolver problemas de saúde local importantes, pois precisam seguir as diretrizes do Ministério da Saúde para receber esses recursos.

Da mesma forma, o também princípio do SUS de participação da comunidade acaba sendo limitado, pois também há menor espaço para decisão sobre a alocação de recursos financeiros conforme as necessidades de saúde que entendem prioritárias em conformidade com sua realidade local."

Eu quero chamar a atenção para o fato de que muito desses recursos ainda está nos fundos municipais e estaduais de saúde por economicidade dos gestores municipais e dos gestores estaduais. Então, nós achamos que a sua devolução para o Governo Federal penaliza a população que precisa, neste momento, de atendimento no Sistema Único de Saúde.

"Aqui, é preciso lembrar que uma das definições de 'administrar bem' é alocar recursos de forma eficiente.

Atualmente, há apenas dois blocos: custeio e investimento, permitindo maior flexibilidade para o gestor, havendo melhores condições de fazer frente a problemas de fluxo de caixa.

Contudo, os recursos remanescentes em conta ao final de cada exercício financeiro", especialmente os oriundos de economia com a COVID no ano de

2022 "permanecem vinculados" nesses blocos de financiamento, "mesmo já havendo sido realizadas completamente as ações" — volto a chamar a atenção para a economicidade dos gestores — "e serviços públicos de saúde previstos na Programação Anual de Saúde para esses recursos.

Como foi possível verificar até a publicação da Lei Complementar nº 172, de 2020, a situação era muito mais grave, pois para cada ação ou programa havia uma conta específica, e não raro havia sobras de recursos em uma conta e falta de recursos em outras, e sem possibilidade de remanejar recursos, e essa lei complementar veio para sanar essa situação.

Agora, portanto, aprovar essa proposta, dispensando Estados, Distrito Federal e Municípios de cumprirem com o inciso I do art. 2º da lei, dará mais flexibilidade para esses entes na execução dos saldos financeiros até o final do ano que vem, permitindo sua utilização sem a necessidade da vinculação estrita aos compromissos originalmente firmados e já cumpridos nos instrumentos de transferência aprovados para o período de 2018/2022, sem abrir mão do controle social do Conselho de Saúde local e da fiscalização dos órgãos competentes.

Face ao exposto, voto:

- a) pela Comissão de Saúde, pela aprovação (...);
- b) pela Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição de despesas ou receitas públicas (...), e, no mérito, pela aprovação (...);
- c) pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (...)"

Eu quero chamar atenção da sua liderança, Sr. Presidente, para esse importante texto. A reforma tributária que V.Exa. aprovou nesta Casa, por meio de uma PEC, permite, neste momento, a aprovação desse PLP. Houve vários questionamentos de inconstitucionalidade, porém a aprovação da PEC e a sua promulgação por V.Exa. permitem, neste momento, dentro do texto da PEC, que haja a constitucionalidade.

Então, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nós votamos pela aprovação da matéria.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

Sumário

O Deputado destacou o resultado positivo do exame de COVID-19 do Ministro Haddad. Em seguida, elogiou a manifestação de apoio ao ex-Presidente Bolsonaro na Avenida Paulista em São Paulo. Criticou o que considera perseguição a políticos e ao ex-Presidente Bolsonaro, atribuindo-a a atitudes de revanchismo de alguns Ministros do Supremo e do Presidente Lula. Além disso, mencionou as queimadas na Amazônia, destacando o aumento do número de focos de incêndio e criticando a falta de cobertura da imprensa nacional e o silêncio de figuras conhecidas sobre o assunto.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Sóstenes.

Presidente, o primeiro anúncio positivo na economia do Brasil aconteceu hoje: o exame do Ministro Haddad para COVID deu positivo, depois de tantas vacinas.

Quero falar um pouquinho do que aconteceu nesse fim de semana em São Paulo, na Avenida Paulista. Não houve furto, não houve vandalismo, ninguém foi preso, as ruas ficaram limpas, famílias estiveram presentes, não houve algazarra, não houve quebra-quebra. Foi uma manifestação pacífica, como sempre ocorreu. Não vimos aquela sujeira, aquelas brigas, aquele pneu queimado, aquela violência que sempre vemos no caso da Esquerda. Foi algo bonito que reuniu quase 1 milhão de brasileiros. Foi um sucesso e mostrou a força do Presidente Bolsonaro e dos conservadores no Brasil.

Por que se reuniu tanta gente? Reuniu-se essa gente pelas ideias, pelo apoio ao Presidente e contra a perseguição que está acontecendo no Brasil contra Deputados Federais, contra Senadores e contra o ex-Presidente Bolsonaro. As atitudes de revanchismo por parte de alguns Ministros do Supremo e do próprio Presidente Lula fomentaram esse apoio maciço ao ex-Presidente Bolsonaro.

Espero que isso pacifique o Brasil e que se acabe com essa perseguição e com esse radicalismo.

Eu também quero falar um pouquinho sobre as queimadas na Amazônia.

Presidente Sóstenes, nós temos hoje quase 3 mil focos de incêndio na Amazônia. Desde 1999, quando começaram as medições com relação às queimadas na Amazônia, esse é o maior número de focos de queimadas da história. É o maior número desde 1999, quando se iniciou o monitoramento.

E não se vê ninguém falando sobre isso: a imprensa nacional, aqueles artistas

da Rede "Plim-Plim" e até o Leonardo DiCaprio ou a Greta, que ficavam falando sobre o assunto. Vê-se que o maior desastre ambiental da história do País está continuando neste momento e ninguém toca no assunto.

É uma vergonha essa imprensa nacional e essa Ministra do Meio Ambiente do Brasil!

Obrigado, Presidente.

Documento 8/9

13.2024	Sessão Ordinária - CD	29/02/2024-10:04
Publ.: DCD - 01/03/2024	Ronaldo Nogueira-REPUBLICANOS -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou um artigo do Professor Denis Rosenfield, publicado no *Estadão*, que critica as declarações do Presidente Lula sobre Israel e os evangélicos. Compartilhou um apelo do Instituto Nacional de Nanismo ao Ministério da Saúde, solicitando a compra de um medicamento para o tratamento da acondroplasia, uma condição genética que causa nanismo. Enfatizou a necessidade urgente de garantir acesso contínuo do medicamento para as crianças afetadas por essa condição, criticando a prioridade dada à compra de vacinas da COVID.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me manifestar aqui sobre dois pontos. O primeiro deles é para dizer que, nesta Casa, nós somos 513 Deputados, representando aqueles que têm viés progressista, viés conservador e viés liberal. É muito importante que todos esses espectros façam a leitura da coluna do Professor Denis Rosenfield, do dia 26 de fevereiro.

O seu artigo, no *Estadão*, fala sobre evangélicos e Israel. Não é concebível a fala desastrosa do Presidente Lula de querer comparar o direito de autodefesa de Israel e de eliminar um grupo terrorista com as ações perversas de genocídio que aconteceram no Holocausto, aquela perseguição aos judeus pelo nazismo.

É muito importante que leiam esse artigo, pois ele traz uma concepção muito importante, que fará com que os espectros possam fazer uma reflexão. O artigo está no *Estadão*, é de Denis Rosenfield, Professor de Filosofia da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, e o título é *Israel e os evangélicos*.

O segundo ponto, Presidente, é que eu quero transmitir aqui um apelo do Instituto Nacional de Nanismo ao Ministério da Saúde, que diz assim:

Em 2022 chegou ao Brasil o primeiro e único tratamento para a acondroplasia! O que para nós certamente é uma vitória da ciência tem se tornado um desafio para as famílias com crianças em tratamento ou à espera de iniciá-lo.

Esse é um medicamento de alto custo e dependemos do Governo para termos acesso, e, desde que os primeiros pacientes iniciaram o uso, estamos enfrentando dificuldades como a falta do medicamento e de transparência do Ministério da Saúde sobre o fornecimento.

O último contrato assinado pelo Ministério da Saúde foi em julho do ano passado e, na ocasião, 103 crianças estavam usando o medicamento no País. O último lote deste contrato será entregue no próximo mês de março, com previsão de 31.220 doses, sendo 5.260 de 0,40 miligramas e outras 25.960 de 0,56 miligramas. Acontece que, atualmente, mais de 230 crianças utilizam a medicação no Brasil e diversas famílias do País enfrentam a interrupção do tratamento.

Hoje, fevereiro de 2024, nosso pedido é que o Ministério da Saúde assine o aditivo de compra do medicamento que está pendente. As doses da maioria dos pacientes estão acabando, alguns já estão sem tratamento e muitos outros aguardam suas primeiras doses chegar. Mais do que a assinatura do aditivo, precisamos que o Ministério realize uma nova licitação, com quantidades de doses adequadas para que todos tenham seu direito ao tratamento garantido.

Eu encerro, Presidente, dizendo aqui o seguinte: que o Ministério da Saúde posso olhar, de forma muito especial, para essas crianças, e que aquela mesma força, potência, com que o Ministério da Saúde quer comprar vacinas da COVID, para obrigar as famílias a vacinarem as crianças, muitas vezes contra a recomendação médica, porque não há um consenso médico no que diz respeito a isso, que esses recursos então sejam destinados para atender essas crianças que estão sofrendo. Essas crianças, depois de adultos, sofrem preconceito e têm uma expectativa de vida muito menor. E não é justo que o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, não esteja dando uma atenção especial para esse caso.

Obrigado, Presidente.

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2019, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia. Na oportunidade, expressou preocupação com a situação da educação no Brasil, citando a Conferência Nacional de Educação (CONAE) como um exemplo negativo. Ela também lamentou o impacto da pandemia na educação brasileira, criticando a demora na reabertura das escolas públicas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente Sóstenes Cavalcante, na verdade, esse é o primeiro acordo Brasil-Mongólia, que, como já foi bem dito aqui, é um acordo internacional de cooperação educacional. É louvável qualquer acordo que traga educação no centro. Nós estamos privilegiando trocas de experiências educacionais, trocas de técnicas pedagógicas, trocas de material didático, trocas de boas práticas. Então, todo acordo educacional é louvável.

O único ponto que eu gostaria realmente de ressaltar aqui é que esse é o ano da educação. Então, nós iremos fazer trocas com a Mongólia, acordos internacionais, só que o nosso País precisa cuidar da nossa educação, que está jogada às traças. E a prova maior disso é a aberração, a vergonha que foi a Conferência Nacional de Educação.

Este ano nós temos o Plano Nacional de Educação, que vai valer para os próximos 10 anos. E o que esperaríamos de uma Conferência Nacional de Educação? Educadores debatendo qualidade de ensino e de aprendizagem, qualidade e formação dos docentes. E o que se debateu lá foi o ativismo. Todo mundo pensava de um lado só, porque, na conferência, só era bem-vindo quem pensava do jeito do Governo. Aquilo ali, aliás, mais parecia uma convenção partidária vergonhosa, fazendo apologia a MST, que adora invadir propriedade privada, ao Hamas, grupinho terrorista. Então, assusta! Eu, como professora, fico assustadíssima pensando nos rumos que este País está tomando. A educação é vergonhosa e está no limbo mesmo.

Basta lembrar que toda a Esquerda se mobilizou naquele corporativismo de professor absurdo do movimento dos sindicatos e deixou as nossas crianças 2 anos sem aula. Durante 2 anos, a escola pública ficou fechada, enquanto os outros países do mundo reabriram 3 semanas depois, 2 semanas depois, 1 mês depois, 3 ou 4 meses depois em alguns casos. Aqui, não, foi só depois de 2 anos, porque, afinal, convém deixar as crianças pobres sem oportunidade, sem rampa de acesso, na ignorância e no cativeiro da pobreza.

Então, que esse acordo faça o País acordar porque temos que debater educação.

Obrigada, Sr. Presidente.
